

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 1 | 2019

*Os Estados Unidos: a Geopolítica e
a Geoeconomia da Energia*

Cristina Soreanu Pecequilo,
Bruna Coelho Jaeger

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

OS ESTADOS UNIDOS: A GEOPOLÍTICA E A GEOECONOMIA DA ENERGIA

Cristina Soreanu Pecequilo¹

Bruna Coelho Jaeger²

Resumo: Do século XX ao XXI, os Estados Unidos têm desempenhado um papel significativo na agenda da geopolítica e da geoeconomia da energia, com impactos sobre todo o sistema internacional. A questão energética envolve tanto a temática de segurança quanto a econômica norte-americana, gerando efeitos internos e externos para o país. Neste contexto, a emergência de novos desafiadores internacionais no mercado da energia, como produtores e consumidores, e o desenvolvimento de regimes internacionais ambientais que afetam as matrizes energéticas acentuam a importância do tema para as relações internacionais. O objetivo do texto é avaliar, a partir de uma breve contextualização histórica, a evolução da questão energética para os Estados Unidos, e conjuntamente a ação da gestão republicana de Donald Trump na Casa Branca e seus impactos sobre a continuidade e descontinuidade da projeção de poder norte-americana no setor energético. Desta forma, procurar-se-á ressaltar a trajetória da securitização energética no país, os efeitos sobre as agendas estratégicas e econômicas nacionais e as interações com o cenário global, em suas dimensões multilaterais e estatais.

Palavras Chave: Estados Unidos; Geopolítica da Energia; Geoeconomia.

THE UNITED STATES: THE GEOPOLITICS AND GEOECONOMY OF ENERGY

Abstract: From the 20th till the 21st century, the United States have been playing a significant role in the geopolitical and geoeconomic energy agenda, with impacts for the whole international system. The energy issue comprehends not only security, but also economic policies for the Americans, with domestic and external effects for the country. In this context, the emergence of new international contenders in the energy market, either as producers or consumers, and the development of international environmental regimes that affect the energy

¹ Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC-SP e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora NERINT/UFRGS e CNPq. Email: crispece@gmail.com

² Professora de Relações Internacionais da Unilasalle-RJ e Substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Economia Política Internacional na UFRJ e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Email: brunacjaeger@gmail.com

matrix deepen the relevance of this theme for international relations. The goal of the text is to evaluate, starting with a brief historical account, the evolution of the energy issue in the US, and nowadays the actions of Trump's Republican government leading the White House, and its impacts for the continuity or break of American power projection in the energy sector. So, we will try to present the path of securitization of the country's energy issued, and the effects on the national strategic and economic agendas, and their link with the global scenario, considering its multilateral and state's dimensions.

Keywords: United States; Energy Geopolitics; Geoeconomics.

I. Introdução

A geopolítica e a geoeconomia da energia³ e sua dimensão securitária⁴ desempenham um papel central na trajetória da hegemonia dos Estados Unidos (EUA), demonstrando tanto a força quanto a vulnerabilidade dessa potência. A participação dos EUA no jogo de poder energético é caracterizada por extremos: autonomia e dependência, alianças e guerras, maior produtor e maior consumidor, vanguarda do meio ambiente e poluidor. Para Austvik (2018),

A geopolítica da energia de qualquer região precisa ser compreendida tanto pelo seu tamanho e localização e outros recursos naturais, quão disponíveis são, quem os controla, seu custo, rotas alternativas de transporte, como os mercados regionais e globais se equilibram, os mecanismos e regulamentações de mercado, as decisões políticas e os preços em geral. Adicionalmente, à medida que a formulação de políticas nacional e internacional e os negócios estão interligados, o Estado não é mais o único atore que define resultados políticos. (AUSTVIK, 2018, p. 25)

Movimentações de atores como China, com o projeto da Nova Rota da Seda (*One Belt, One Road*), que tem foco na infraestrutura energética e na geração de novas fontes de energia, trazem desafios inéditos. Ao lado da China, a Índia demanda recursos consideráveis para seu crescimento, o reposicionamento da Rússia e do Oriente Médio em seus sistemas de aliança, as reservas energéticas em disputa no Brasil e na África com o petróleo do pré-sal, o gás e as tecnologias de biocombustíveis, são apenas alguns dos demais componentes deste contexto.

A complexidade do cenário estratégico do setor energético no século XXI envolve duplamente as potências tradicionais, como os EUA, como as nações emergentes. Com isso, ampliam-se as linhas de fratura externas de disputa por regiões produtoras, redes de transporte e mercados consumidores que afetam diretamente o mercado norte-americano. Paralelamente, o desenvolvimento e a utilização de novas formas de energia e as preocupações ambientais globais inserem elementos desafiadores a estes países, envolvendo negociações bilaterais e multilaterais e temas transnacionais como a mudança climática e o aquecimento global.

Diante deste contexto, a política interna e externa dos EUA apresenta alternâncias em termos de prioridades e agendas, buscando reequilibrar suas demandas de consumo,

³ Geopolítica refere-se a “(...) um método de análise de política externa que procura entender, explicar e prever o comportamento político internacional principalmente em termos de variáveis geográficas (...) é um conjunto de afirmações sobre como o Estado exerce poder sobre o território (...) com referência a fatores geográficos. (BLACKWILL and HARRIS, KINDLE EDITION, 2016). Geoeconomia é “(...) o uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país (...) a geoeconomia se sustenta tanto como um método de análise como uma forma de política (...) fornece uma percepção adicional de como um Estado constrói e exerce poder a partir de fatores econômicos.” (BLACKWILL and HARRIS, KINDLE EDITION, 2016).

⁴ O termo securitização refere-se à evolução dos estudos de segurança, com ênfase na Escola de Copenhague, que prevê a multidimensionalidade das ameaças, que são construídas socialmente a partir das percepções dos sujeitos envolvidos. Recomenda-se BUZAN, WEAVER, WILDE, 1998.

historicamente significativas, com estas disputas geopolíticas pela produção e acesso aos bens energéticos, e a adaptação da pauta doméstica e externa a estas novas realidades. No século XXI, este reequilíbrio e adaptação tem sido objeto de oscilações, entre táticas tradicionais e inovadoras, que correspondem respectivamente aos governos de George W. Bush (2001/2009) e Donald Trump (2017/2018), ambos do Partido Republicano, e a presidência de Barack Obama (2009/2017) do Partido Democrata.

Enquanto os primeiros fizeram (e estão fazendo) uso de meios geopolíticos para reforçar a agenda norte-americana e assegurar seu fornecimento de energia, em dissonância com questões associadas ao multilateralismo, Obama optou pela mescla da geopolítica tradicional na Eurásia, com o investimento em novas ações: a diversificação de mercados fornecedores, a pesquisa em energias renováveis, a restrição a setores como carvão, gás e petróleo e a preocupação com o meio ambiente. Independente disso, manteve-se o padrão histórico de sustentar a hegemonia estadunidense globalmente, e preservar seu acesso às fontes energéticas necessárias para a sua sociedade e projeção global. Inclusive, em contraposição à Obama, na pauta de Trump, as questões energéticas receberam um tratamento diferenciado, falando-se em uma “revolução” que levaria à independência energética (WHITE HOUSE, 2017). Esta revolução liga empregos, crescimento econômico, segurança e regimes internacionais como elementos da segurança nacional.

Por meio de métodos qualitativos e amparado em dados quantitativos, o objetivo deste artigo é discutir a correlação entre hegemonia e energia nos EUA nos séculos XX e XXI, a partir de uma análise histórica e de dinâmicas conjunturais. Também estarão sendo utilizados componentes de análise de cenário, conforme a obra de Peter Schwartz (1991)⁵, visando projetar as principais tendências da correlação energia-hegemonia para os EUA.

Para os EUA, em termos de cenários futuros, a questão-chave relacionada à energia é garantir o acesso aos mercados fornecedores com baixos custos financeiros e humanos, por meio seja do poder militar, como das alianças e processos de cooptação. No século XXI, essa é uma encruzilhada na qual novos atores estatais e multilaterais passaram a intervir nos tabuleiros estratégicos eurásianos, nas demandas sociais de consumo e proteção ambiental, o que pressiona formuladores de políticas e tomadores de decisão. Com isso, é preciso compreender as linhas de continuidade e descontinuidade na ação da hegemonia estadunidense.

⁵ De acordo com Schwartz (1991), a análise de cenário possui oito passos essenciais: a identificação da questão focal a ser problematizada (ou seja, que decisão e/ou situação se deseja analisar), a listagem dos atores principais envolvidos na temática, a descrição das forças motrizes e recursos de poder envolvidos, a hierarquização de prioridades, a elaboração de cenários, a indicação dos cenários preferenciais, a análise de suas consequências e implicações, e a seleção dos principais referenciais.

Para dar conta destes objetivos, o texto está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais: a primeira parte intitulada “Uma Breve Visão Histórica da Geopolítica da Energia nos EUA” aborda a questão energética para os EUA no século XX, chegando à gestão Obama, sendo composta de dois subitens “Energia e Hegemonia (1860/1973)” e “Do Primeiro Choque do Petróleo à Obama: Continuidade e Reforma (1973/2017)”.

A apresentação desta síntese histórica visa situar os EUA de coadjuvante a protagonista no setor energético, associado ao domínio das grandes potências ocidentais deste tema na maior parte do século XX, contestada a partir dos anos 1960 e 1970. A primeira crise do petróleo em 1973 é um marco para a primeira transformação contemporânea deste jogo de forças, que impele os EUA a posturas ofensivas no Oriente Médio, como será analisado por meio da Doutrina Carter (1979) e o envolvimento direto e indireto em guerras locais. O fim da Guerra Fria em 1989 irá imprimir mais uma alteração neste contexto, com a ascensão de fenômenos como a “Diplomacia dos Dutos” e a competição das nações emergentes.

Por sua vez, a segunda parte “A Geopolítica e a Geoeconomia da Energia: O Panorama Energético, as Principais Parcerias, Estratégias e as Reconfigurações no Contexto Global” analisa mais especificamente o governo Trump, partindo destes novos cenários, oferecendo um panorama da geopolítica e da geoeconomia da energia contemporânea.

II. Uma Breve Visão Histórica da Geopolítica da Energia nos EUA

A construção e consolidação da hegemonia dos EUA não podem ser desconectadas de sua evolução política, econômica, diplomática, tecnológica e estratégica. Embora a ascensão da *Pax Americana* ocorra no pós-Segunda Guerra Mundial em 1945, do século XIX ao XX, o país começa a dominar diversos setores da inovação tecnológica e da produção. Como destaca Paul Kennedy (1991), já em 1860, a somatória de recursos naturais e populacionais detidos pelos EUA, sinalizava a trajetória de ascensão da potência. A Guerra da Secessão (1861/1865) levaria o país à modernidade capitalista pela abolição da escravidão.

Se a Inglaterra fizera a primeira Revolução Industrial, a segunda etapa concentrava-se nos EUA, com o incremento do progresso científico. Não só os EUA criavam o automóvel (Ford T, 1908), mas a forma de produção fordista em escala, e os insumos energéticos que fariam o mundo mudar.

II.1 Energia e Hegemonia (1860/1973)

Segundo Yergin (2014b), no final do século XIX para o XX⁶, a matriz energética das grandes potências baseava-se no carvão, e o uso do petróleo encontrava-se limitado ao querosene da iluminação pública. Entretanto, esse uso rapidamente se expande, e o petróleo passa a ser conhecido como “ouro negro”. O salto qualitativo tecnológico observado pela indústria pesada e de bens de consumo norte-americana, principalmente a criação do automóvel, dissemina essa matriz energética pelo sistema internacional, criando novos equilíbrios e demandas de poder. Na Eurásia, Rússia, Holanda e Inglaterra eram os principais atores.

Nos EUA, o crescimento da produção de petróleo e de sua distribuição se dará de “dentro para fora”, iniciando em 1861 com o funcionamento da primeira refinaria (CFR, 2018). O desenvolvimento ocorre com base em seus recursos disponíveis e ações de empreendedores como John D. Rockefeller da Standard Oil). Em 1879, o primeiro oleoduto de longa distância, o Tidewater foi inaugurado. No final da década de 1880, o país respondia por 85% da produção global de petróleo.

Em 1890, a lei anti-truste Sherman buscou incentivar a livre concorrência neste setor e outros do capitalismo, tentando barrar o avanço dos monopólios. Como indica Yergin, isso não barrou a concentração nos setores de energia, à medida que as empresas foram sendo fragmentadas para cumprir a lei, mas mantinham centros de comando estratégico. Este desmembramento levou ao estabelecimento da Standard Oil New Jersey (Esso), Standard Oil New York (Mobil), a Texaco, a Gulf Oil e a Chevron.

Enquanto isso, para as potências europeias, em um sistema sob a égide da *Pax Britannica*, o espaço de crescimento ocorria em áreas conquistadas no processo de expansão imperial: Oriente Médio, Norte da África e Ásia Central. Tais regiões, componentes da Eurásia, constituem-se, naquele momento, e até os dias de hoje, como um dos espaços geopolíticos e geoeconômicos centrais das disputas energéticas globais. Países como Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein- que se converteriam em algumas das petromonarquias do Oriente Médio- destacam-se. No período de 1900 a 1910, foram criadas outras grandes companhias petrolíferas, sob o comando europeu: a Royal Dutch Shell (1907), a Anglo Persian Oil Company (1909, hoje British Petroleum). Outras regiões como o hemisfério americano e a África também

⁶ Aqui estão sendo trazidos apenas alguns marcos da história. Para uma visão mais ampla ver YERGIN, 2014b e para a política externa dos EUA, PECEQUILO, 2011. O trabalho de Yergin permanece como uma importante referência do tema sobre energia, e será utilizado aqui como base de nossa análise histórica.

serão incorporadas. A presença estadunidense na Venezuela, no México e no Canadá inicia-se nas primeiras décadas do século XX (1910-1920).

Segundo Yergin (2014b), o salto qualitativo das transformações da matriz energética global ocorre na Primeira Guerra Mundial (1914/1918), elevando o petróleo ao papel de principal commodity. A interdependência entre esta matriz e a indústria bélica consolida-se, ampliando a dependência destes recursos nas sociedades modernas. Para os EUA, que entraram tardiamente na guerra em 1917, o conflito foi uma primeira oportunidade de reposicionar-se, visando aos seus interesses político-econômicos. Foi um período sensível, pois demandou a importação de recursos energéticos devido ao esforço de guerra, com foco no México.

Na presidência de Woodrow Wilson, o país tornou-se mais ativo internacionalmente, na reconstrução do pós-guerra. Parecia haver a junção do vigor econômico apontado por Kennedy (1991) com a meta de estabelecer uma liderança político-estratégica. Isso se manifestou na criação da Liga das Nações em 1918, organização internacional governamental, que trouxe os conceitos de segurança coletiva, autodeterminação dos povos e democracia. Entretanto, os EUA retiraram-se da Liga em 1921, e da gestão político-diplomática do sistema.

Em termos práticos, este, e outros fatores levaram ao período do Entre Guerras (1919/1939), à Grande Depressão (1929) e à ascensão do fascismo na década de 1930. Para o mercado energético, e os interesses norte-americanos, quais foram as consequências? Em linhas gerais, o consumo dos insumos aumentava, e o mercado energético se reordenava sob novas condições geopolíticas, envolvendo os países consumidores e as regiões produtoras.

Nos EUA, a produção inicial dos insumos e a forma de suprir o consumo interno eram inicialmente domésticas. Esse consumo apresentava tendências de crescimento rápido, e o país mantinha-se em desvantagem, à medida que as regiões produtoras permaneciam sob controle das potências europeias como colônias ou protetorados. Era do interesse estadunidense que essas regiões não estivessem mais sob controle europeu, e um dos componentes desta disputa para o enfraquecimento deste controle foi o conceito de autodeterminação dos povos que defendia o direito ao autogoverno dos povos subjugados. Esse foi um fator importante na ampliação dos nacionalismos como sustenta Kennedy (1991), e, ao lado da conscientização política, funcionou como impulsionador dos processos de descolonização no pós-Segunda Guerra.

Em 1928, um dos marcos do mercado de energia que afetaram as relações EUA-Europa e o futuro dessas regiões foi a assinatura do Acordo de Achnacarry entre as principais empresas petrolíferas da época. As “sete irmãs” trabalhariam juntas para manter o domínio do mercado energético, controlando a oferta e demanda, e, conseqüentemente, o preço dos insumos: Isso,

Royal Dutch Shell, Anglo Persian Company, Mobil, Gulf Oil, Chevron e Texaco, eram as signatárias do acordo. Outro acordo do período foi o “Acordo da Linha Vermelha”, referente à exploração do petróleo no Oriente Médio. Este monopólio somente passaria a ser contestado com a emergência do nacionalismo petrolífero a partir dos anos 1950. Porém, esta contestação não significou a perda de domínio dessas empresas plenamente. Domínio esse, que, sob novas formas se estende contemporaneamente. A interdependência empresas-grupos de interesse⁷-Estados continua sendo uma das características do setor energético⁸.

A Segunda Guerra Mundial (1930/1945) representou um momento de virada nas questões energéticas. O domínio energético do petróleo se expandiu, demonstrando a força desse setor ao longo do conflito global e após o seu encerramento, agora sob novas condições geopolíticas que se desenrolariam nos anos 1950-1960⁹: a ascensão dos EUA como superpotência global ao lado da União Soviética (URSS), a emergência da Guerra Fria (1947/1989), o declínio definitivo das potências europeias e a descolonização afro-asiática.

As tecnologias de exploração de petróleo passaram a se desenvolver mais intensamente, alavancando a produção nas plataformas marítimas (*offshore*), que até então cresciam em ritmo lento. Para os EUA, a exploração de petróleo no Golfo do México é uma das mais relevantes para a manutenção de seu suprimento externo. Na década de 1940, segundo Yergin (2014b), houve um aumento de produção doméstica de petróleo, diante dos esforços de guerra. Embora em um primeiro momento resultados satisfatórios fossem alcançados, auxiliados pela aplicação de medidas excepcionais de racionamento, sinais de esgotamento começaram a ser sentidos, gerando aumento de preços e um maior incentivo à utilização do carvão na indústria. A expectativa era de que essa situação se limitasse ao conflito e que pudesse voltar a um patamar de equilíbrio. O fim do conflito representou exatamente o contrário.

A demanda por recursos energéticos aumentou consideravelmente, assim como a percepção do petróleo como a commodity mais estratégica. A projeção de poder eurásiana dos EUA não se resumiria ao discurso e prática da contenção contra a URSS, mas à necessidade de garantir acesso aos fornecedores de petróleo da região. Os processos são interdependentes: a contenção do comunismo era instrumental para garantir a presença militar e a influência político-estratégica em regiões produtoras de petróleo, e o acesso aos recursos energéticos eram

⁷ A atuação dos grupos de interesse na política estadunidense, por meio do lobby, é percebida como um dos fatores definidores da agenda interna e externa. Ver ROSATTI and SCOTT, 2011,

⁸ Também existem relações interestatais personalizadas, como no caso das dinastias políticas estadunidenses como a Bush, e as petromonarquias do Oriente Médio, em particular na Arábia Saudita ver UNGER, 2004. Na Arábia Saudita, esta associação aprofundou-se com a Arabian-American Oil Company (ARAMCO).

⁹ A Segunda Guerra também representou o desenvolvimento de novas matrizes energéticas, como a nuclear.

apresentados como função da segurança nacional. Segundo Yergin (2014b), a dependência do petróleo só crescia e a produção doméstica deixaria de ser suficiente.

Inúmeros exemplos dessa inter-relação podem ser apontados. A crise do Irã, em 1946, representou uma significativa ameaça aos interesses estratégicos estadunidenses, uma vez que durante a Segunda Guerra, a URSS havia ocupado o país ao lado das forças aliadas. Isso colocava em xeque o domínio britânico-americano da produção de petróleo no Irã, e suas alianças políticas com a dinastia Pahlevi, apesar dessa mesma dinastia ter promovido uma ação de nacionalização nos anos 1930. Posteriormente, ingleses e britânicos reafirmaram seu controle, enquanto a URSS manteve sua zona de influência na Ásia Central. O caso sinalizava a preocupação com a reconstrução do Oriente Médio sob a égide estadunidense, como forma de garantir o fornecimento de petróleo.

Essa realidade iniciou o redesenho dos mapas geopolíticos regionais. Além da contenção da URSS, outro elemento de contenção era o da ascensão dos nacionalismos no Oriente Médio e da descolonização afro-asiática. Essa contenção era realizada por diversas formas: a atuação das companhias petrolíferas tradicionais que tentavam manter seu controle sobre a produção e distribuição dos recursos, a ingerência e interferência políticas para barrar os avanços dos nacionalismos (apoiando grupos pró-EUA), o estabelecimento de novos sistemas de aliança políticas e organismos multilaterais.

Destacam-se os novos acordos do petróleo, do consórcio do Oriente Médio (1951), a partir dos quais, segundo Yergin (2014b), objetivava-se o estabelecimento desta nova ordem petrolífera. O foco destes acordos foram o Irã, a Arábia Saudita, o Bahrein, o Iraque e o Kuwait. Foi estabelecido o Pacto de Bagdá de 1955, depois a Organização do Tratado Central de Defesa do Oriente Médio (CENTO), composta por Grã-Bretanha, Turquia, Iraque, Irã e Paquistão. Precisam ser mencionadas as alianças bilaterais com Arábia Saudita e Israel, que demonstram os paradoxos da presença dos EUA no Oriente Médio- dividindo-se entre o apoio à nação judaica e os produtores de petróleo.

Essas movimentações não barraram os processos de descolonização, pois possuíam um lado prático, ao lado da luta pela soberania: o da internalização dos benefícios financeiros dos recursos do mercado energético, cujos lucros concentravam-se nas mãos das companhias estrangeiras. Havia um movimento de busca por uma identidade política, que tem como um de seus marcos a Conferência de Bandung (1955) que representa o nascimento do Terceiro Mundo. A emergência do eixo Sul nas relações internacionais e do Movimento Não-Alinhado deteve importância direta e indireta na reorientação das políticas dessas nações.

Alguns acontecimentos devem ser mencionados: a crise no Irã entre 1951 e 1953, que culminou com a deposição do Primeiro Ministro Mohammed Mossadegh na Operação Ajax (conduzida pelos governos britânico e estadunidense), interrompendo a ampliação do processo de nacionalização (e devolvendo o controle do país à dinastia Pahlevi), a crise do Canal de Suez e a ascensão do movimento pan-arabista liderado por Gama Abdel Nasser em 1956/1957, e a convocação do Congresso Árabe do Petróleo em 1959. A resposta foi o estabelecimento da Doutrina Eisenhower (1957), que indicava que o Oriente Médio era uma zona prioritária.

Na América Latina, cita-se a criação da Petrobras em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), e que dividira o país entre nacionalistas e entreguistas¹⁰. No lado “positivo” para os EUA, destaca-se a consolidação dos laços com a Venezuela a partir de 1958. Em 1959, o governo Eisenhower impôs o Programa de Importação Obrigatória, com quotas, priorizando as relações com o Canadá e com o México, e tentando reduzir a dependência do Oriente Médio. O programa estabelecia que a importação de petróleo não poderia ultrapassar 9% do consumo doméstico (CFR, 2018).

Esses esforços não impediram o agravamento da dependência norte-americana e nem barraram o nacionalismo petrolífero. O início desse processo localiza-se em 1960 com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP, 1960), que forneceu a estes países o controle do mercado. Os membros fundadores foram o Irã, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita e a Venezuela. Posteriormente, agregaram-se o Qatar (1961), a Indonésia (1962/2009 e depois 2016 em diante), a Líbia (1962), os Emirados Árabes Unidos (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971), Equador (1973/1992 e depois 2007 em diante), Angola (2007), Gabão (1975/1995 e depois 2016 em diante), Guiné Equatorial (2017) e Congo (2018).

Essas movimentações também são afetadas pelos interesses geopolíticos das nações árabes. Ao mesmo tempo em que os EUA dependem do petróleo do Oriente Médio, politicamente apoiam Israel, em contraposição ao interesse de muitos de seus fornecedores regionais. Essas contradições expuseram a fragilidade dessa posição com o primeiro embargo do mundo árabe em Junho de 1967, no contexto da “Guerra dos Seis Dias” entre Israel, Egito, Síria e Jordânia. O embargo foi imposto sobre os EUA e a Grã-Bretanha (sendo suspenso em Setembro). Entre 1970 e 1971, a nacionalização da maior parte da produção de petróleo, e os acordos de Teerã e Tripoli, elevaram os preços desta commodity.

¹⁰ Em 1954, Vargas se suicidou em meio a crescentes tensões políticas. Desde seu primeiro mandato (1930/1945), Vargas tornara-se representativo das correntes nacionalistas e desenvolvimentistas no país, iniciando o processo de industrialização por substituição de importações. (VISENTINI, 2013).

Em 1972, outra pressão iniciou-se sobre a matriz energética dominante: a ambiental. Com a realização da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, a poluição gerada pelo modelo de produção, de sociedade e de consumo baseada nos hidrocarbonetos começou a ser questionada. A preocupação com os bens comuns da humanidade, o esgotamento dos recursos não renováveis, seus impactos ambientais, abriram desafios inéditos à era do petróleo. Temas como redução de emissão de poluentes, aquecimento global e mudança climática, e desenvolvimento sustentável começaram a ser discutidos.

A exploração de petróleo passa a buscar soluções para o esgotamento dos recursos, com a pesquisa por novas formas de exploração e reservas, que desembocaria no século XXI no desafio do petróleo em águas profundas (i.e o pré-sal). Nos anos 1970 e 1980 essa representou a nova fronteira tecnológica, na qual o Brasil desempenharia um papel central com a Petrobras a partir dos anos 1990 e, antes disso, no desenvolvimento de projetos alternativos com os biocombustíveis, vide o Proalcool nos anos 1970. Em ambos os casos, as relações bilaterais Brasil-EUA, oscilam entre agendas nacionalistas e de concessão aos norte-americanos.

À vulnerabilidade energética dos EUA no período somaram-se problemas internos com a ascensão dos movimentos dos direitos civis, o envolvimento norte-americano no Vietnã (1954/1975), os desequilíbrios econômicos (inflação, déficit e desemprego), o que somente agravou a situação de instabilidade. Em 1973, eclodiria o primeiro choque do petróleo no governo de Richard Nixon (1969/1974).

II.2 Do Primeiro Choque do Petróleo à Obama: Continuidade e Reforma (1973/2017)

A partir de 1969, Nixon recebe uma situação cada vez mais instável e em transição. Desde o início da década, a produção interna de petróleo dos EUA já atingia 90% da demanda do país. A partir dos anos 1970, Washington perde a condição de autossuficiência. A partir de 1973, os EUA enfrentam a diminuição na capacidade de produção sobressalente, com uma iminente escassez de gasolina. Nixon encerra o Programa de Importação Obrigatória, mas rejeita recomendações para implementar esforços de conservação e desenvolver combustíveis alternativos. As importações de petróleo, representando cerca de 30% do consumo americano em 1973, aumentaram para quase 50% do consumo em quatro anos (EIA, 2011).

Esse rápido crescimento da importação norte-americana, para suprir suas necessidades cada vez maiores do recurso, foi um dos principais fatores que levaram ao choque de 1973, devido à configuração do mercado de petróleo arquitetada pelos EUA (YERGIN, 2014a). Em 6 de outubro de 1973, no dia sagrado judaico do Yom Kippur, Síria e Egito, com apoio da

URSS, atacam Israel. A Guerra do Yom Kippur acompanha o movimento de crise da hegemonia americana, na esteira da derrota no Vietnã, do escândalo de Watergate e do rompimento com o sistema Bretton Woods (BRANDÃO, 2016). O governo Nixon anuncia um pacote de ajuda militar de 2,2 bilhões de dólares para Israel e os países árabes respondem suspendendo as remessas de petróleo para as nações que apoiassem o país. O embargo reduz o fornecimento de petróleo em 14% e os preços da gasolina nos EUA aumentam até 40% em poucos meses (CFR, 2018). Consolidou-se a percepção da força do petróleo como ferramenta política capaz de ameaçar os interesses dos países importadores. O ano de 1973 marca, portanto, o fim da autossuficiência energética dos EUA¹¹ e a securitização e militarização do acesso ao petróleo do Oriente Médio. Por outro lado,

O temor de uma escassez permanente provocou uma busca frenética de novas fontes e o acelerado desenvolvimento de recursos. Novas províncias foram descobertas e desenvolvidas, em North Slope, Alasca, e no mar do Norte (...) políticas governamentais nos países industriais promoveram maior eficiência de combustível em automóveis e estimularam as indústrias de energia elétrica a se afastarem do petróleo e aumentaram o uso do carvão e da energia nuclear (YERGIN, 2014a, p. 244)¹²

Em 1974, é criado o Tratado Internacional de Energia, com diretrizes para um novo sistema de segurança energética para lidar com crises de abastecimento e evitar futuras concorrências prejudiciais aos países industrializados. Em outras palavras, deveria servir como defesa contra qualquer uso futuro do “petróleo como arma” pelos exportadores (YERGIN, 2014a). Uma das principais responsabilidades da Agência Internacional de Energia (AIE) é coordenar a distribuição emergencial de suprimentos no caso de uma escassez no abastecimento, a partir das reservas estratégicas de petróleo que os países membros mantêm. Desde implementado, esse sistema só foi utilizado em três ocasiões: crise do Golfo (1991), furacões Katrina e Rita (2005) e crise na Líbia (2011). Nixon decretou o Emergency Act, proibindo as exportações de hidrocarbonetos crus para países sem acordos de livre-comércio com os EUA. Isso se constituiu como um novo embargo ao mercado internacional, somando-se à suspensão do suprimento árabe. “A diferença, porém, é que os membros da OPEP

¹¹ Segundo Yergin, segurança energética refere-se à disponibilidade de um suprimento suficiente a preços razoáveis. Nos EUA, tem estado historicamente ligada aos termos da independência energética, mantra político desde que foi utilizado pela primeira vez por Nixon em 1973. “Seu efeito entre o público americano é impressionante e a expressão carrega a nostalgia em relação a um tempo em que os preços eram baixos e os Estados Unidos de fato podiam ser independentes. Afinal, o país já foi o maior exportador do produto do mundo” (YERGIN, 2014a, p. 280).

¹² A indústria de petróleo *offshore* - de perfuração em águas profundas, petróleo considerado “não convencional” - progrediu rapidamente estimulada pelo embargo de 1973 e pela pressão para o desenvolvimento de novas fontes petrolíferas. Atualmente, cerca de 30% da produção mundial de petróleo é realizada *offshore* (YERGIN, 2014a).

retomaram as exportações em março de 1974, após o término do conflito, ao contrário dos EUA, que mantiveram a restrição às exportações até o presente” (BRANDÃO, 2016, p. 118)

Em outubro de 1978, milhares de petroleiros entraram em greve no Irã, como parte de um ciclo de protestos contra o líder Mohammed Reza Shah. A queda na produção de petróleo no Irã impacta cerca de 5% de perda na produção global. O Xá é forçado a deixar o país em janeiro de 1979, e o ex-clérigo xiita, aiatolá Ruhollah Khomeini, retorna para assumir o controle do Irã sob o governo islâmico¹³. O presidente Carter responde cortando as relações diplomáticas e embargando as importações iranianas de petróleo. Entre janeiro e dezembro de 1979, os preços globais do petróleo mais que dobraram (CFR, 2018).

Com a perda do Irã, um dos dois pilares geoestratégicos dos EUA, há um reforço do apoio à Arábia Saudita, com vultosas transferências de tecnologia, venda de armamentos e assistência técnica ao reino, com a contrapartida de apoio às operações estadunidenses (KLARE, 2004). A Doutrina Carter passava a declarar de forma explícita o Golfo Pérsico como área vital para os interesses dos EUA (OLIVEIRA, 2012). Internamente, Carter (1977-1981) assina a Lei de Segurança Energética, que inclui incentivos para energia geotérmica, solar e de biomassa para como novas alternativas ao petróleo. Também cria a Corporação dos Combustíveis Sintéticos, com o objetivo de produzir dois milhões de barris por dia em combustíveis líquidos a partir de fontes não petrolíferas, como o carvão, dentro de cinco anos.

A guerra Irã-Iraque (1980-1988) inaugurou mais uma etapa do realinhamento geopolítico. Embora os americanos fossem oficialmente neutros, renovam-se os laços diplomáticos com o Iraque, que foram cortados desde o conflito árabe-israelense de 1967. Os ataques contínuos a instalações petrolíferas iraquianas e iranianas removem quatro milhões de barris diários da produção de petróleo do mercado global (CFR, 2018). A administração Reagan (1981-1989) emite uma diretiva de segurança nacional em 1983 para aumentar a presença militar dos EUA no Golfo Pérsico para ajudar a proteger as instalações petrolíferas e as remessas para os aliados.

A administração Reagan desregula os preços do petróleo em 1981, permitindo que os produtores dos EUA aumentem os preços para os níveis do mercado. Além disso, a produção não-OPEP começa a superar a da OPEP - o que dificulta a influência do cartel nos preços do petróleo. Os preços do petróleo caem de uma média anual de US\$ 35 o barril em 1981 para menos de US\$ 15 em 1986. O colapso no preço encoraja as empresas de petróleo a mudarem

¹³ Em novembro, um grupo de estudantes iranianos assume a embaixada dos EUA em Teerã, levando 63 reféns americanos por 444 dias.

para uma exploração mais barata no exterior, e as importações dos EUA começam a subir novamente. O impulso à inovação tecnológica e à diversificação de fontes culminou em um grande - e surpreendentemente rápido - impacto no mercado de petróleo. Nessa conjuntura, a indústria inicia uma nova fase, com preços deprimidos (que favorece os países consumidores) e de supremacia incontestada dos EUA no plano geopolítico:

O enfraquecimento dos principais polos de oposição geopolítica à hegemonia americana (URSS, Irã e Iraque), associados à integração da indústria à esfera financeira, à adoção do netback pricing e ao Acordo de 1986, foram centrais para a reversão do domínio dos estados produtores em favor dos estados consumidores. Nos últimos anos da década de 1980, há uma reafirmação da supremacia americana em termos militares e econômicos, embora em termos bastante distintos do período anterior à instabilidade registrada entre 1973 e 1986. (BRANDÃO, 2016, p. 123)

Com o fim da Guerra Fria, o nacionalismo nos países petrolíferos passou a ser encarado como principal ameaça aos interesses dos EUA no Oriente Médio, que visava controlar o petróleo na região como forma de assegurar o abastecimento. O fim da URSS resultou no engajamento militar ininterrupto dos EUA no Golfo Pérsico, com a formação de coalizão contra o Iraque em 1991, após este país invadir o Kuwait¹⁴. “A presença permanente de tropas americanas na região nos anos seguintes consolidaria esse processo de militarização do controle do petróleo do Oriente Médio por parte dos EUA de forma ainda mais aberta” (OLIVEIRA, 2012, p. 306).

A Guerra do Golfo (Tempestade do Deserto) permitiu aos americanos uma forte projeção da imagem como vencedores da Guerra Fria, com grande efeito de demonstração televisada para o mundo todo (FIORI, 2004). Na esfera doméstica, o governo Bush libera 34 milhões de barris de petróleo da Reserva Estratégica de Petróleo dos EUA. Mas, contrariamente às previsões, os preços do petróleo caíram de cerca de US\$ 30 por barril em setembro para menos de US\$ 20 em janeiro de 1991.

A retomada da ameaça à depressão das reservas americanas no final da década de 1980 serviu como principal estímulo à conquista de novas jazidas e a novos exercícios militares para assegurar a segurança energética do país (KLARE, 2001). O pós-Guerra Fria marca a globalização do poder militar americano e das reservas de produção de petróleo, com destaque para Ásia Central, África e América Latina. Defendia-se que o país deveria buscar maior autonomia em relação a regimes como o saudita, criticando-se a excessiva dependência do petróleo do Oriente Médio (OLIVEIRA, 2012).

¹⁴ Caso o regime controlado por Saddam Hussein vencesse, ele teria controle sobre aproximadamente 20% ou 40% das reservas provadas mundiais, minando o controle ocidental da oferta global (ROUTLEDGE, 2006, p. 51).

O primeiro governo do pós-Guerra Fria, o do democrata Bill Clinton (1993/2001), insere uma nova dimensão de ação estratégica. Por um lado, em resposta aos desafios da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Clinton comprometeu-se a direcionar mais investimentos para a pesquisa de fontes de energia renováveis e a alinhar as posições norte-americanas às da comunidade internacional para o controle do aquecimento global e mudanças climáticas (Convenção Quadro Sobre Mudança Climática). Por outro lado, não se abandonou o cenário eurasiático, e o objetivo de avançar nas regiões da Ásia Central, antes dominada pela ex-URSS e rica em recursos energéticos. A “Diplomacia dos Dutos”, sustentada na disputa pelos direitos de exploração e transporte de recursos como gás e petróleo nas antigas repúblicas soviéticas, tornou-se uma das grandes peças da geopolítica e da geoeconomia da energia (AMINEH e HOWLING 2005).

A crise financeira asiática em 1997 causa uma queda na demanda em uma região que vinha sendo de crescimento para os mercados de petróleo. Embora a OPEP tenha respondido com uma diminuição na oferta de petróleo, os preços globais caíram para menos de US\$ 10 por barril ao final de 1998. Essa retração encoraja fusões entre as maiores companhias petrolíferas privadas do mundo, tal como entre BP e Amoco (a maior aquisição estrangeira de uma empresa dos EUA até o momento), Exxon e Mobil, e Texaco e Chevron. Acusados de sufocar a concorrência, essas fusões enfrentam o escrutínio político na próxima década, à medida que os preços da gasolina nos EUA aumentam significativamente (CFR, 2018).

O final dos anos 1990 marcou a ascensão Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela e de Vladimir Putin (2000-) na Rússia, que desafiam a estrutura do mercado petrolífero global, com grande impacto para os EUA. Tanto a Venezuela quanto a Rússia nacionalizam grande parte de seus recursos petrolíferos e restringem o acesso de companhias petrolíferas internacionais. No início do século XXI, o acelerado crescimento da demanda chinesa e de outras economias emergentes reforça o temor da escassez e impactam sobre o mercado internacional. Esse contexto se soma ao avanço das preocupações acerca das mudanças climáticas e das políticas ambientais para redução da emissão de carbono na atmosfera.

No entanto, os EUA alteram sua estratégia de segurança energética, aumentando o peso da energia importada em sua matriz de consumo, o que levou à busca pelo controle mais direto de recursos petrolíferos localizados no exterior. O uso da força para controlar as principais regiões ricas em petróleo do mundo, todavia, tem levado à redução da competitividade relativa dos EUA no sistema internacional. Este processo tem como principal resultado o desgaste da capacidade de liderança deste país, que vem perdendo a capacidade de exercício do seu *soft power*. (OLIVEIRA, 2012, p. 310)

A gestão de George W. Bush foi caracterizada por uma mescla de tendências: projeção de poder eurasiático com traços unilaterais, com foco na segurança energética e nos interesses geopolíticos e geoeconômicos de domínio da região. A agenda republicana era influenciada pelos grupos de interesse do setor energético e do complexo industrial militar, havendo uma interdependência entre o Executivo e estes setores privados. Muitos membros da administração como o vice-presidente Dick Cheney, a Assessora de Segurança Nacional e depois Secretária de Estado Condolleeza Rice e o Bush eram ligados a estas empresas. Mesmo antes dos atentados terroristas de 11/09/2001, a prioridade era diminuir a vulnerabilidade energética por meio da ampliação da presença eurasiática, seja via diplomacia dos dutos, seja por operações militares. A Guerra Global Contra o Terror facilitou a justificativa para este empreendimento como apontam Daalder e Lindsay (2003).

O primeiro passo foi a Guerra do Afeganistão (2001/2014), seguida Guerra do Iraque (2003/2011). Em ambas, continuou prevalecendo a vertente neoconservadora no planejamento da segurança energética americana, apesar do reconhecimento da importância da diversificação da oferta (OLIVEIRA, 2012). No entanto, similarmente ao que ocorreu na Guerra do Golfo, os preços do petróleo não foram drasticamente impactados, pois a disparidade de poder e a rapidez do conflito diminuía as incertezas relativas à manutenção da ordem (YERGIN, 2014b).

O anúncio da possibilidade de exploração das areias betuminosas no Canadá em 2003 foi o primeiro grande aumento das reservas mundiais de petróleo desde meados da década de 1980. O país se tornou o segundo maior detentor de reservas comprovadas de petróleo, atrás apenas da Arábia Saudita, mas ultrapassa este país como maior exportador individual de petróleo em para os EUA em 2004 (EIA, 2011). Além do Canadá, há reservas significativas de petróleo em areias betuminosas no cinturão de Orinoco, na Venezuela, cuja produção foi nacionalizada em 2007 (YERGIN, 2014a). Na última década, essa forma não convencional de petróleo se tornou a fonte de mais rápido crescimento de novos recursos na América do Norte, visto que devido ao avanço tecnológico a sua exploração foi viabilizada, e não mais descartada como vinha sendo por muitos anos. O Canadá se tornou o quinto maior produtor de petróleo do mundo (BP, 2018). Além da grande complexidade e custos da sua extração, as emissões de CO² resultantes da produção são altamente poluentes, ainda mais que a do petróleo convencional. O xisto betuminoso (*oil shale*) é outra forma de petróleo não convencional cuja recuperação em escala comercial parecia impossível até poucas décadas atrás. Formado por altas concentrações de querogênio - o precursor do petróleo antes de passar por um processo natural de milhões de anos -, o xisto betuminoso tem altas estimativas de reservas, principalmente nas Montanhas Rochosas dos EUA (YERGIN, 2014a).

O *tight oil* - muitas vezes erroneamente confundido com o xisto betuminoso -, por sua vez, tornou-se viável a partir das inovações tecnológicas na exploração do gás de xisto (*shale gas*) com a técnica de fraturamento hidráulico (*fracking*). Com isso, a produção do *tight oil* aumentou drasticamente “de menos de dez mil barris por dia em 2005 para mais de quatrocentos mil em 2010 [...], estimativas iniciais sugerem que pode haver até vinte bilhões de barris de petróleo compactado recuperável só nos Estados Unidos” (YERGIN, 2014, p. 274), com previsões para alcançar o dobro dessa produção nos próximos anos. Inclusive, até 2030, esses recursos não tradicionais podem corresponder a um terço da capacidade mundial total, quando podem passar a ser chamados de petróleos convencionais.

Em 2005, o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Política Energética, que inclui novos incentivos para alternativas de combustível, bem como novos subsídios para a exploração de petróleo nacional. A lei determinou que 7,5 bilhões de galões de combustíveis renováveis fossem misturados à gasolina até 2012 (CFR, 2018). A lei é criticada por acrescentar bilhões de dólares em subsídios à indústria do petróleo, e os subsídios ao biocombustível à base de milho são criticados como uma ameaça à segurança alimentar e ao meio ambiente¹⁵. Em 2006, época de consumo e importações de petróleo quase recorde, os preços começaram a subir, atingindo o recorde de US\$ 147 o barril em meados de 2008 (EIA, 2011). Fatores como a ascensão econômica da Índia e da China e a especulação no mercado de *commodities* estão entre as principais razões para este pico nos preços. "Drill baby drill" se torna um lema republicano, que incentiva o aumento da produção doméstica (CFR, 2018). Com a crise financeira global em 2008 e a diminuição da demanda, os preços do petróleo despencam.

Um outro desenvolvimento que não pode ser desconectado da área energética nesse período foi o aumento da presença estratégica dos EUA no Atlântico Sul, a partir da reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, o aumento do orçamento do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) a criação do Comando Militar Africano (USAFRICOM). Esta região, com suas intersecções entre a América do Sul e a África, é representativa de um território rico em recursos naturais como gás e o petróleo do pré-sal, e vinha sendo explorado de forma autônoma por países como o Brasil e Angola (além de ser rota de passagem marítima de comércio para a Ásia e movimentações da China). Para os EUA, o pré-sal brasileiro é uma das novas fronteiras energéticas em regiões de menor tensão.

O sucessor de W. Bush, Barack Obama, trouxe uma das agendas mais complexas no setor energético dos EUA nas últimas décadas, ampliando o debate e os investimentos em

¹⁵ Alguns especialistas em energia criticam as tarifas norte-americanas sobre o etanol de cana-de-açúcar brasileiro, que é mais barato e mais eficiente em termos energéticos no seu processo de produção (CFR, 2018).

setores de energia renováveis e a busca de novas parcerias no campo petrolífero. Esse processo deveu-se a três fatores: à instabilidade dos mercados de petróleo, à crise econômica e ao discurso pró-meio ambiente. Neste último, Obama aderiu à agenda das mudanças climáticas, visando o combate do aquecimento global, que detém impactos diretos em setores tradicionais da energia nos EUA: carvão e petróleo. Aumentou a restrição à exploração de petróleo e construção de oleodutos e gasodutos em áreas de proteção ambiental. Estas iniciativas foram sintetizadas pelo Clean Power Plan (2015) e pela assinatura do Acordo de Paris (2015).

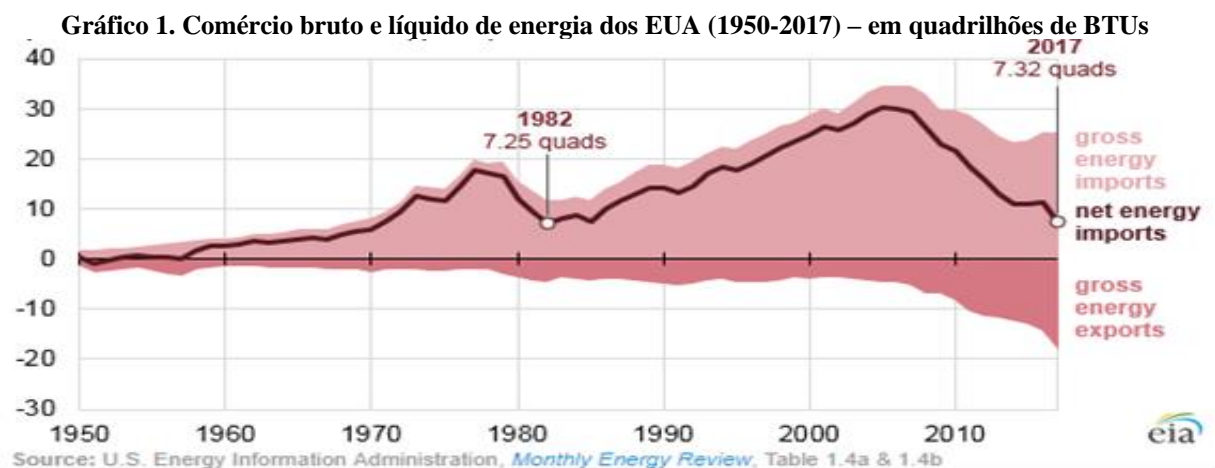
Essa inflexão não eliminou o envolvimento no Oriente Médio. Em fevereiro de 2011, a Líbia balança o mercado de petróleo, se tornando o primeiro grande país produtor de petróleo a ser palco de uma série de revoltas populares na região, a Primavera Árabe, que derruba regimes no Egito e na Tunísia (VISENTINI, 2014). Com as maiores reservas da África, a Líbia representa cerca de 2% da produção mundial de petróleo (BP, 2018). Aumenta-se o temor de que a situação na Líbia e os potenciais levantes em outras nações produtoras de petróleo possam levar a uma nova crise energética global. Em discurso, o presidente Obama (2009-2017) afirma: "continuaremos sendo vítimas de mudanças no mercado de petróleo até que levemos a sério uma política de longo prazo para energia segura e acessível" (CFR, 2018). O presidente promete reduzir a dependência do petróleo dos EUA em um terço dentro de uma década. Em 2010, o governo já havia estabelecido uma nova política energética, com mais incentivo aos biocombustíveis e à extração offshore¹⁶. Como resultado da crise na Líbia, a AIE e os EUA lançam, novamente, no mercado internacional, petróleo de sua reserva estratégica. Esta liberação coordenada vem depois que os ministros da OPEP não concordam aumentar a produção.

Outro sinal de alerta foi a expansão do Estado Islâmico nas regiões do Iraque e da Síria, que colocaram em xeque operações estratégicas. Somente em 2014, com a intervenção aérea, os norte-americanos começaram um envolvimento mais sistemático. As contrarreações ao Estado Islâmico continuam, apesar de oficialmente ter sido anunciada a retomada de algumas zonas de produção petrolífera no Iraque pelo governo.

Por outro lado, devido à queda da demanda, bem como às políticas domésticas, o fato é que os EUA têm reduzido cada vez a dependência energética externa, conforme o gráfico 1 abaixo. A produção de tight oil subiu de menos de 1 milhão de barris por dia em 2010 para mais de 4 milhões em dezembro de 2015, superando a produção individual de todos os membros da

¹⁶ Contudo, em abril de 2010, um equipamento de perfuração em águas profundas explode e afunda no Golfo do México, causando um enorme derramamento de óleo que dura quatro meses. O governo Obama, em resposta, coloca uma proibição temporária em todos os novos projetos de perfuração *offshore* (CFR, 2018).

OPEP, com exceção da Arábia Saudita (CFR, 2018). Assim, a produção de tight oil nos EUA contribuem para um aumento na oferta global. Apesar da oposição de alguns membros da OPEP que queriam cortar a produção de petróleo para deter a queda dos preços, a Arábia Saudita pressiona o grupo a manter a meta de produção de 30 milhões de barris por dia, levando a novas quedas de preço abaixo de US\$ 50, que pressiona as finanças dos países exportadores de petróleo e força os produtores não-convencionais americanos a reduzir custos e cortar drasticamente a produção (CFR, 2018).



Fonte: EIA, 2018.

A redução desta dependência do mercado externo pode ter como implicações, em caso de cenários futuros, positivamente, a redução dos gastos com defesa e do poder de barganha das petromonarquias. Por outro lado, o mesmo fenômeno pode ter implicações negativas para os EUA e alguns setores específicos de sua economia. Afinal, uma diminuição da necessidade de projeção bélica no Oriente Médio reduziria os gastos com o complexo industrial militar, uma vez que a região do Oriente Médio é uma das principais zonas sensíveis e motivadoras de gastos historicamente. Além disso, um reposicionamento estratégico estadunidense poderia gerar mais espaços para as nações emergentes projetarem poder na Eurásia, o que seria contraproducente no mercado de petróleo e gás, e também em termos mais abrangentes da geopolítica global. Isso poderia permitir o avanço de China e Índia em espaços tradicionalmente dominados pelos norte-americanos. Portanto, como destacam Amineh e Howling (2005), não necessariamente a redução da dependência externa reduzirá a presença dos EUA na região eurasiática.

Um componente recente que ilustra essa dinâmica é o surgimento de mais um desafio externo considerável, com potencial de transformar por completo este quadro geopolítico e geoeconômico do mercado de energia (e talvez geral do sistema internacional): a iniciativa da China da OBOR. Baseada em projetos de infraestrutura nos mais diversos setores energéticos

e de modais de transporte, a chamada nova rota da seda foi lançada pelo governo chinês em 2013, e já se encontra em fase de desenvolvimento (FERDINAND, 2016). A OBOR é composta pelos seguintes projetos, que compõe o que se tem definido como “corredores” de infraestrutura de transporte, energia, telecomunicações e interligação de comunidades: a Nova Ponte Econômica Eurasiana (New Eurasian Land Bridge), o Corredor China-Mongólia-Rússia, o Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental, a Península China-Indochina, China-Paquistão e o Corredor Bangladesh-China-India-Myanmar

Tanto em sua dimensão terrestre quando marítima, a interligação entre a Ásia, a Europa, a África, o Oriente Médio e potencialmente a América Latina (convidada em Janeiro de 2018 para fazer parte do projeto) confronta os interesses norte-americanos em diversos setores, não só no energético.

É possível perceber como os choques internacionais influenciam na trajetória da dependência energética dos EUA, que alteram suas políticas de acordo com a conjuntura global. No entanto, a constante na política externa do país tem sido a busca por assegurar sua segurança energética ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio da manutenção de sua condição hegemônica. Ainda que à primeira vista não pareça intuitivo, estes objetivos se contrapõem, já que a garantia da segurança energética global serve como justificativa para as intervenções extraterritoriais dos EUA. O papel de estabilizador mundial se alimenta de crises e choques energéticos como forma de preservação da condição de liderança. Por essas razões, como será visto na seção subsequente, a geopolítica da energia é um dos eixos principais do reposicionamento da inserção internacional dos EUA proposto por Donald Trump.

III. A Geopolítica e a Geoeconomia da Energia: O Panorama Energético, as Principais Parcerias, Estratégias e as Reconfigurações no Contexto Global

A eleição de Donald Trump em Novembro de 2016 pelo Partido Republicano sustentou-se em discurso anti-política e anti-sistêmico, prometendo uma reforma baseada nos slogans da “América Primeiro” e de “Fazer a América Grande de Novo” (*America First e Make America Great Again*). Trump simboliza a “desglobalização” e a “nova direita”, externalizando para outras nações como China, México, os membros da União Europeia e do mundo árabe-muçulmano, os problemas internos (também derivados do ativismo liberal e da gestão Obama). A interdependência, a transnacionalização e a abertura eram as raízes de todos os problemas, que seriam corrigidos por uma política unilateralista, protecionista e nacionalista.

Para Colgan e Keohane (2017), mais do que um fenômeno único, Trump representa as tensões da ordem liberal e os processos de exclusão gerados. Não somente nos EUA, mas em diversos países, candidatos e partidos com plataformas similares se consolidaram, e fenômenos de fechamento de fronteiras se manifestavam (como a saída do Reino Unido da União Europeia, o BREXIT). Um dos principais alvos de Trump era a agenda energética e de relações internacionais de Obama, que considerava equivocada. Analisando a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (NSS, WHITE HOUSE, 2017), é possível identificar alguns temas recorrentes, síntese das promessas de campanha.

A NSS sustenta-se em quatro pilares: a proteção do povo americano em seu território e de seu modo de vida, a promoção da prosperidade, a preservação da paz por meio da força e a disseminação dos valores. Para isso, são listadas como prioridades o combate a práticas econômicas desleais, a proeminência militar e a revitalização de empregos e companhias, com ênfase na ideia do “Compre Americano, Empregue Americano” (*Buy American, Hire American*). As guerras comerciais em andamento com a China, o rompimento de regimes internacionais e leis de Obama, inserem-se neste processo. No tema específico do texto, declara-se que “Iremos abraçar o domínio energético da América porque a liberação de recursos de energia abundantes estimula nossa economia” (NSS, WHITE HOUSE, 2017, p. 4).

Mas como “abraçar o domínio energético”? Entre Janeiro e Março de 2017, o foco foi a desconstrução da agenda Obama¹⁷, com a revogação do Clean Power Plan, a abolição de todas as restrições que estariam impedindo a autonomia energética, e a retirada do Acordo de Paris. Portanto, a solução será encontrada de dentro para fora. Será que esta é a realidade? Como se desenrolou a agenda Trump entre 2017/2018?

Como analisado, todo presidente americano desde Richard Nixon tem declarado a meta de eliminar a dependência de fontes estrangeiras de energia. O discurso da "independência energética" tem grande apelo popular como uma solução para as questões geopolíticas que levam à volatilidade nos preços da energia, buscando a redução da dependência dos recursos externos. Carter foi o primeiro a fazer da energia renovável uma peça central. Ronald Reagan, por sua vez, desmantelou essa estratégia e concentrou-se em elevar o controle do preço do petróleo e do gás. Mais tarde, W. Bush focou a política energética na produção nacional de petróleo. Barack Obama colocou as energias renováveis como objetivo central. Atualmente, o presidente Donald Trump tornou o “domínio da energia” o centro de sua política energética.

¹⁷ Recomenda-se DOLATA, 2017 para comparação das agendas Obama e Trump sobre segurança energética.

Na visão de Trump, os EUA devem se tornar um exportador líquido de energia e usar esses recursos como um instrumento para o crescimento econômico. Seu plano de "domínio da energia" também significa usar os recursos do país - especialmente o GNL - como moeda de barganha na arena internacional para fornecer segurança energética aos seus aliados (especialmente em relação à Rússia). A chave para o "domínio da energia" seria através de uma série de iniciativas que visam acelerar a produção de petróleo, gás natural e carvão, que Trump tornou o centro de sua administração. Trump descreveu suas políticas como uma dramática mudança de direção dos anos de Obama, definidos por ele como "oito anos de inferno" que incluiu "barreiras maciças para o emprego no desenvolvimento energético americano" (TIME, 2017). Independentemente das políticas energéticas do governo Trump, é notável que os EUA têm passado por uma espécie de renascimento energético na última década, grande parte graças a um *boom* de petróleo e gás que seguiu os avanços na fraturação hidráulica (*fracking*). A U.S. Energy Information Administration previu em janeiro de 2017, antes da posse de Trump, que os EUA se tornariam um exportador líquido de energia até 2026 (EIA, 2017). O presidente Obama buscou fomentar o desenvolvimento de petróleo e gás, aprovar as exportações de petróleo bruto e simplificar o processo de exportação de GNL, ao mesmo tempo em que implementou maior regulamentação sobre as emissões de poluentes e direcionou projetos de infraestrutura como o oleoduto Keystone XL.

Analisando os primeiros dezoito meses de governo, ainda que não esteja suficientemente claro quais são os reais direcionamentos por trás deste discurso de grande apelo à população, o fato é que sua gestão já imprimiu suas marcas na geopolítica energética do país e do mundo. Uma das primeiras ações foi retirar os EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, como citado. O acordo foi assinado por Obama, em 2015, se comprometendo a reduzir em 28% produção americana de gases de efeito estufa, além de transferir cerca de US\$ 3 bilhões para países em desenvolvimento como forma de auxílio para as políticas ambientais (PORTAL G1, 2017). Os EUA enfrentam uma crise no preço da gasolina devido às altas do preço do petróleo, cujas causas envolvem a geopolítica global de acesso às fontes energéticas, e que tem minado a imagem do governo. As medidas do governo¹⁸ são modestas e improváveis de remodelar as dinâmicas do setor, mesmo que beneficiem algumas empresas de energia.

Mesmo que os EUA consigam equilibrar as exportações e as importações de energia, estão muito longe do total desligamento do mercado global (ou importações zero), que a maioria

¹⁸ Dentre as principais medidas estão: leilão de 77 milhões de acres no Golfo do México para perfuração de petróleo e gás; anulação do Plano de Energia Limpa; eliminação das barreiras ao financiamento de usinas de energia de carvão no exterior; e aprovação dos oleodutos Keystone XL e Dakota Access (POLITIFACT, 2017).

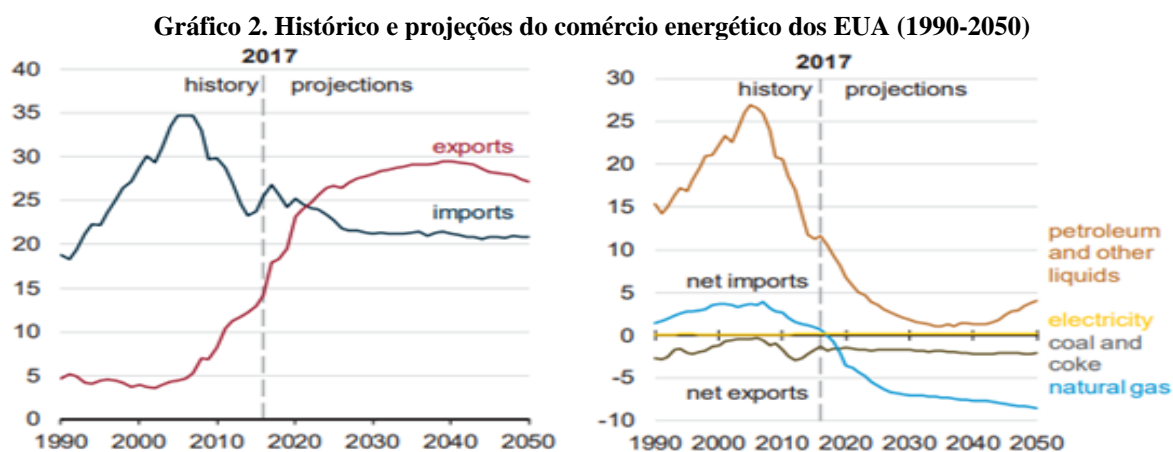
dos especialistas define como a verdadeira independência energética. Além de não ser atualmente viável para o país, igualmente não é algo desejável para a manutenção dos objetivos de sua política externa e da grande estratégia americana. Dessa forma, a presença exterior dos EUA é encarada como necessária para a transmissão de valores e asserção hegemônica. Os EUA têm vantagens comparativas na produção de petróleo leve, enquanto outros países detêm a produção de petróleo pesado, o que significa que permanecer integrado ao sistema de comércio global cria negócios para refinadores de petróleo americanos, além de assegurar a influência externa do país no principal fator econômico global, que são as fontes energéticas.

Segundo estudo de projeções da EIA (2018), a forte produção interna aliada à demanda de energia relativamente estável permite que os EUA se tornem um exportador líquido de energia. Os resultados deste estudo demonstram que as importações líquidas totais de energia caíram para 7,3 quadrilhões de unidades térmicas britânicas (BTUs) em 2017, uma queda de 35% em relação a 2016 e o menor nível desde 1982, quando as importações e exportações de energia bruta foram muito menores. As importações de energia bruta foram em geral diminuindo de uma alta de 34,7 quadrilhões em 2007, enquanto que as exportações de energia bruta aumentaram para 18 quadrilhões de BTUs em 2017, um aumento de 27% em relação a 2016 e as maiores exportações anuais de energia nos EUA.

O aumento das exportações de energia dos EUA tem sido impulsionado em grande parte por aumentos nas exportações de produtos petrolíferos e gás natural. O relatório “Gás 2018” da AIE concluiu que em cinco anos os EUA responderão por cerca de três quartos do crescimento da exportação de GNL, e cuja fatia de mercado aumentará de 4% para 20% em 2023. A China é o principal país responsável pelo aumento da demanda de gás natural, estando prestes a se tornar o maior importador do recurso (AIE, 2018).

Nos últimos anos, as exportações de petróleo bruto também contribuíram para o aumento geral das exportações de energia depois que as restrições à exportação de petróleo bruto foram levantadas no final de 2015. Em termos de conteúdo energético, os EUA agora exportam quase tanta energia na forma de petróleo bruto (2,3 quadrilhões) como de carvão (2,5 quadrilhões). Segundo a EIA (2018), em 2017, os EUA registraram aumentos substanciais nas exportações de todos os combustíveis fósseis, com as exportações de petróleo bruto (89% superior a 2016), derivados de petróleo (11%), gás natural (36%) e carvão (61%). As exportações de petróleo bruto e de derivados de petróleo atingiram níveis recordes. Os derivados de petróleo, como gasolina, combustível destilado, propano e outros combustíveis, atualmente compõem a maior parcela (54%) das exportações de energia dos EUA (EIA, 2018).

O gráfico abaixo, assim como nossas análises sequenciais no texto, indica uma realidade bastante sensível no que se refere à inter-relação EUA e mercado de energia: os EUA paradoxalmente são tanto os maiores compradores e consumidores de energia, como os maiores fornecedores da mesma. Ambas estas realidades demonstram que os EUA podem desequilibrar e influenciar os mercados de energia ainda de forma significativa, apesar do surgimento de novos atores como a China nos últimos, a assertividade das nações da OPEP e da Rússia. Portanto, os EUA se mantem como o vetor de equilíbrio e desequilíbrio deste mercado, o que favorece a sua hegemonia global, uma vez que em certa medida isso facilita sua manipulação dos mercados. Isso não significa, como aponta Klare (2001), que os EUA deixaram de ser vulneráveis ou que em algum momento não dependerão do mercado externo de energia, mas sim que sua influência neste mercado é alta e afeta diretamente o contexto global.



Fonte: EIA, 2018.

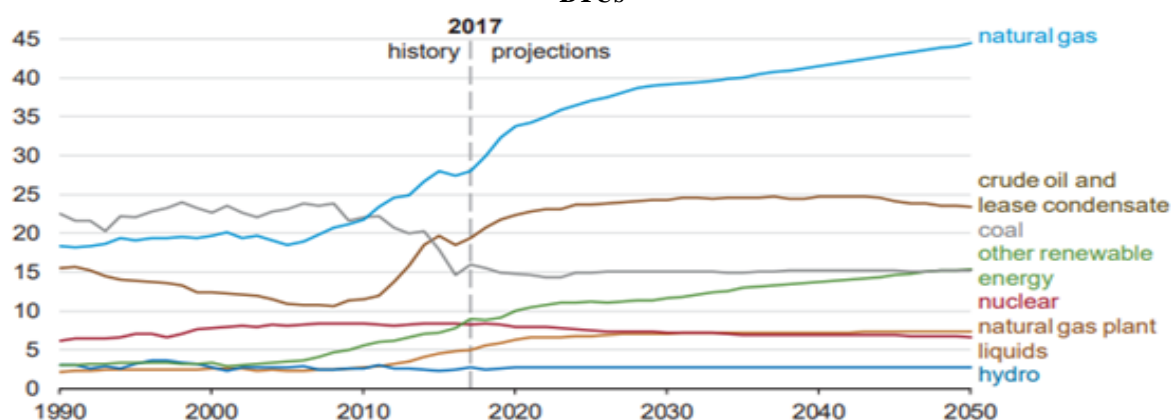
Em 2017, a quantidade de energia produzida nos EUA foi cerca de 87,5 quadrilhões de BTUs, o que equivale em torno de 89,6% do consumo de energia dos EUA. Os três principais combustíveis fósseis juntos responderam por 77,6% da produção de energia primária dos EUA em 2017: gás natural 31,8%; petróleo 28,0%; carvão 17,8%; energia renovável 12,7%; energia elétrica nuclear 9,6% (EIA, 2018).

Os EUA são os maiores produtores de petróleo do mundo (14,1%, 13 milhões de barris por dia), principalmente por sua capacidade de refino, seguidos de Arábia Saudita (12,9%) e Rússia (12,5%) (BP, 2018). A produção de petróleo bruto apresentou tendência à diminuição entre 1970 e 2008. Em 2009, essa tendência se inverteu e a produção começou a se elevar. A produção em 2015 e em 2017 foi a segunda e a terceira mais alta, respectivamente (EIA, 2018). Tecnologias de perfuração e produção mais rentáveis ajudaram a impulsionar a produção, especialmente no Texas e na Dakota do Norte.

A produção de gás natural em 2017 foi a segunda maior após o recorde de alta em 2015. Técnicas de perfuração e de produção mais eficientes e econômicas resultaram no aumento da produção de gás natural a partir do xisto e do *tight oil*. O aumento da produção contribuiu para uma queda nos preços, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento do seu consumo pelos setores elétrico e industrial. A produção de NGPL¹⁹ aumentou juntamente com o aumento na produção de gás natural e atingiu um recorde em 2017 (EIA, 2018).

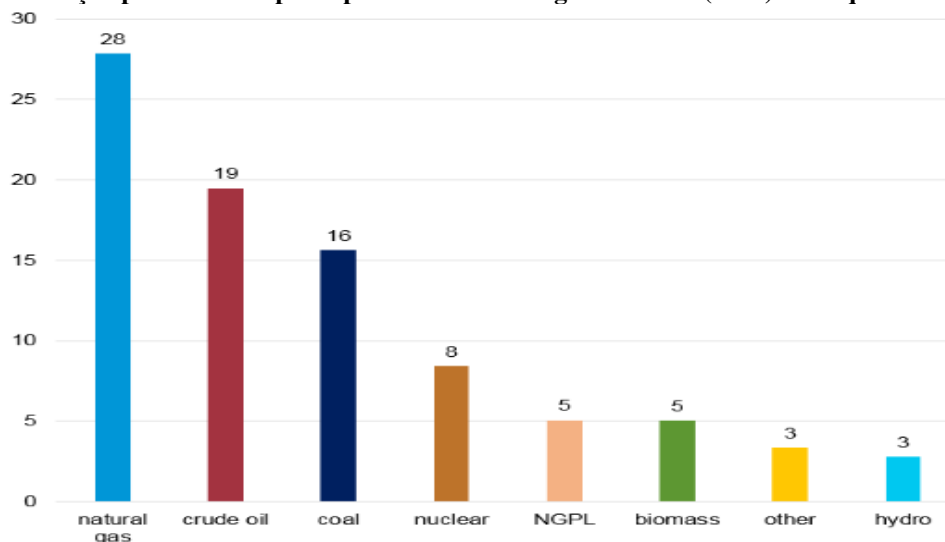
Já a produção de carvão atingiu o pico em 2008, apresentou tendência de queda até 2016 e aumentou cerca de 6% em 2017, que foi aproximadamente igual à produção em 1979. A principal razão para o declínio geral na produção de carvão nos EUA nos últimos anos é a queda do seu consumo para geração de eletricidade (EIA, 2018).

Gráfico 3. Histórico e projeção da produção de energia dos EUA (1990-2050) – em quadrilhões de BTUs



Fonte: EIA (2018).

Gráfico 4. Produção primária das principais fontes de energia nos EUA (2017) – em quadrilhões de BTUs



Fonte: EIA (2018)

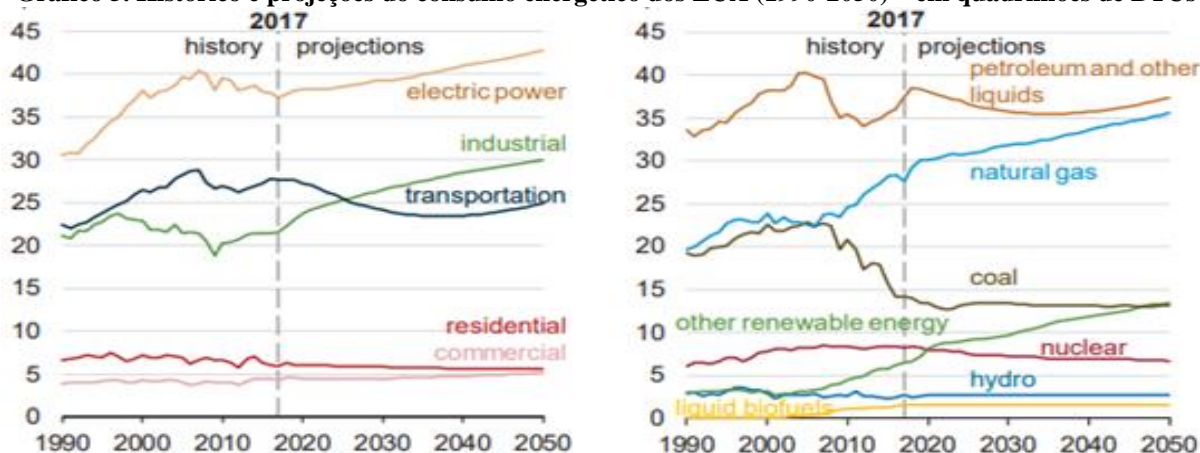
¹⁹ Resíduo líquido do gás natural extraído antes que ele seja colocado em gasodutos para transmissão aos consumidores.

A diferença entre a quantidade de consumo e a produção total de energia primária foi principalmente das importações líquidas de petróleo bruto (EIA, 2018). Os EUA lideram o consumo de petróleo, 20,2% do total mundial em 2017 (19,8 milhões de barris de petróleo por dia); em comparação com 13% da China (12,8 milhões), que é o maior consumidor de energia do mundo e cujo consumo está mais concentrado no carvão (BP, 2018). O padrão de uso de combustível varia amplamente por setor nos EUA, como pode ser visto na figura 1. Por exemplo, o petróleo fornece cerca de 92% da energia usada para o transporte, mas apenas 1% da energia usada para gerar eletricidade (EIA, 2018).

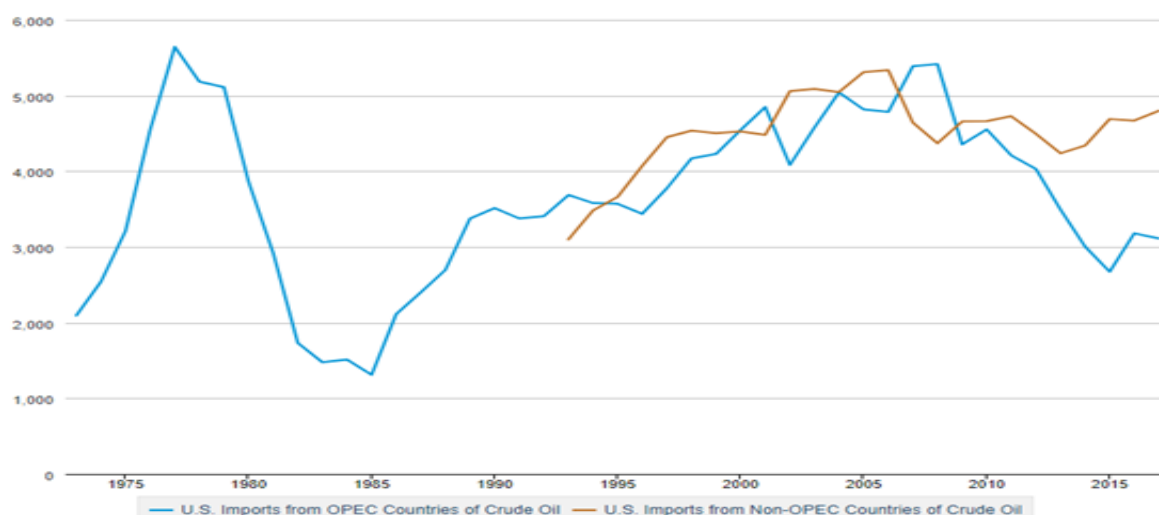
Nos últimos anos, a política energética americana tem se esforçado em diversificar as parcerias e diminuir a dependência do petróleo dos países da OPEP, principalmente do Oriente Médio. Atualmente o Canadá é a principal fonte externa de petróleo bruto dos EUA (3.421 milhões de barris por dia), seguido de Arábia Saudita (943 milhões), Venezuela 618 (milhões) e Iraque (602 milhões) (BP, 2018).

Nos gráficos e mapas abaixo, apresenta-se um panorama destas realidades, descrevendo os principais fluxos e problemas. Analiticamente, como se tem indicado, isso demonstra o peso significativo dos EUA no mercado de energia e como este mercado é funcional na projeção de sua hegemonia (mesmo que represente certa vulnerabilidade histórica). Mais ainda, indica como cenários futuros, que podem existir reposicionamentos estratégicos no mercado de energia a partir de atores como EUA, China, Rússia, Irã, Canadá, Brasil, Venezuela e os demais membros da OPEP, que irão fortalecer o que Klare (2001) define como “guerra de recursos”. O cenário mais provável é o choque de interesses EUA-China a partir da OBOR, uma vez que a OBOR se sobrepõe a interesses norte-americanos no Oriente Médio, na Europa Ocidental e na Ásia, e avança em regiões de baixo domínio norte-americano como a África.

Gráfico 5. Histórico e projeções do consumo energético dos EUA (1990-2050) – em quadrilhões de BTUs



Fonte: EIA (2018)

Gráfico 6. Evolução das importações de petróleo bruto dos EUA a partir dos países da OPEP e não-OPEP (1973-2017) – em milhões de barris por dia

Fonte: EIA (2018).

No ano de 2017, uma nova crise energética passou a sinalizar no horizonte do país desde os acontecimentos da Primavera Árabe entre 2011 e 2013. O aumento de cerca de 30% nos preços do petróleo americano no último ano, medidos pelo índice West Texas Intermediate (WTI), tem causado preocupação à gestão Trump. Em 20 de abril de 2018 o presidente postou em sua rede social: “Looks like OPEC is at it again. With record amounts of Oil all over the place, including the fully loaded ships at sea, Oil prices are artificially Very High! No good and will not be accepted” (CNBC, 2018a). A situação se concretizou em maio de 2018 com a retirada dos EUA do acordo nuclear multinacional com o Irã, que havia sido assinado pelo então presidente Obama em 2015. O acordo tinha como finalidade a retirada de diversas sanções contra o Irã em troca de o país encolher significativamente o escopo de suas capacidades nucleares e conceder acesso a suas instalações (CNBC, 2018b). Com a saída dos americanos do acordo, volta-se a impor fortes sanções²⁰ contra o país do Golfo Pérsico, o que impactou duramente no mercado internacional de petróleo devido à enorme retirada da disponibilidade da oferta do petróleo iraniano. Com as sanções em prática, 2,2 milhões de barris por dia são retirados de um mercado global de pouco menos de 100 milhões de barris diários, e com uma demanda que cresce 1,7% ao ano. Essa conjuntura se soma à perda de 700 mil barris de petróleo por dia da Líbia e da Venezuela devido às suas crises internas (CNBC, 2018e).

²⁰ Dentre as principais sanções, incluem-se: aos portos e ao transporte marítimo iraniano; ao setor energético do Irã, incidindo sobre a compra de produtos petrolíferos e petroquímicos oriundos das companhias petrolíferas iranianas; a instituições financeiras estrangeiras que fazem transações e prestam serviços ao Banco Central do Irã e com outras instituições financeiras iranianas. (CNBC, 2018b)

Gráfico 7. Evolução do preço do barril de petróleo (WTI) nos EUA (2014-2018) – em dólares



Fonte: CNBC (2018c).

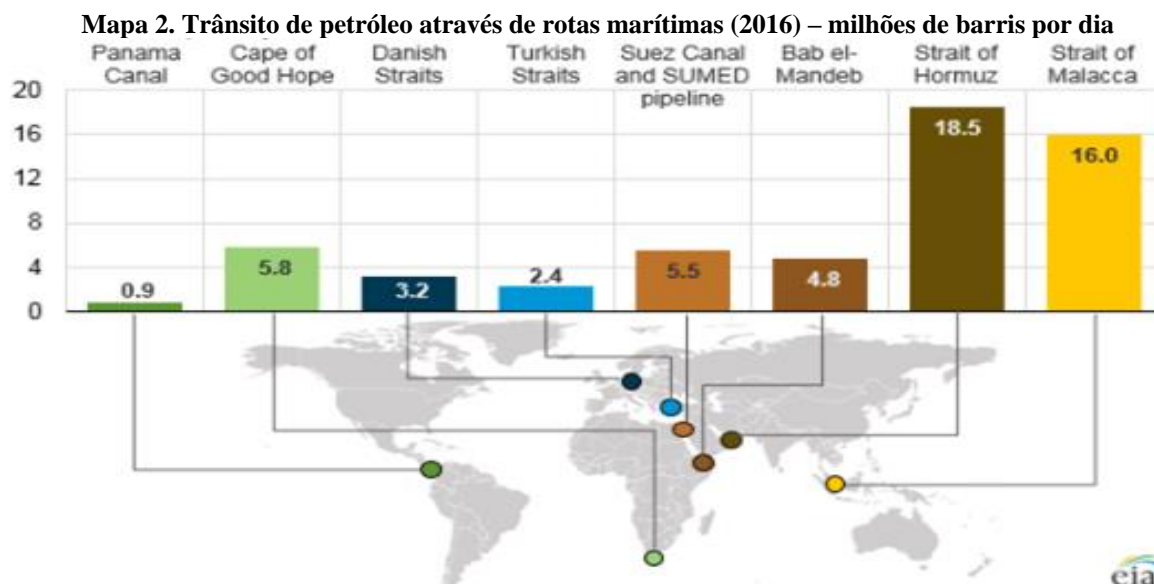
Devido às pressões americanas, em junho de 2018, a OPEP concordou em aumentar a oferta de petróleo, sem ultrapassar os limites de produção acordados em novembro de 2016²¹. A OPEP sempre busca manter os preços do petróleo a um preço ótimo - ou seja, preços altos o suficiente para manter receitas fortes, mas não tão elevados que reduzam a demanda. O acordo veio depois de uma semana de negociações tensas na sede da OPEP em Viena, na Áustria. A Arábia Saudita, maior produtor de petróleo da OPEP, enfrentou o desafio de convencer os membros relutantes, incluindo Irã, Iraque e Venezuela, a apoiar um aumento de produção (CNBC, 2018d). O anúncio ocorreu após uma semana em que os preços do petróleo alcançaram recordes, com o WTI subindo acima de US\$ 74 o barril pela primeira vez desde o final de 2014, como pode ser visto no gráfico 7. Em junho de 2018, os países da OPEP introduziram no mercado 500 mil barris de petróleo por dia, aliviando as pressões sobre os preços; em julho, com a interrupção deste excedente, os preços voltaram a se elevar. A retomada na elevação do preço desagradou Trump, que utilizou as redes sociais para demonstrar descontentamento: “The OPEC Monopoly must remember that gas prices are up & they are doing little to help. If anything, they are driving prices higher as the United States defends many of their members for very little \$’s. This must be a two way street. REDUCE PRICING NOW!” (CNBC, 2018f).

²¹ A OPEP tem limitado a produção, para reduzir o excesso global de petróleo que havia levado os preços a maior baixa desde 2004, falhando com diversas empresas americanas e aumentando a pressão sobre os “petroestados”.

O temor de uma nova recessão devido à alta no valor da energia voltou a crescer, pois as últimas cinco recessões nos EUA também foram precedidas por um aumento nos preços do petróleo²². De acordo com um relatório da Moody's, as probabilidades de uma recessão nos EUA em 2020 subiram para de 28 para 34 por cento em seis meses (CNBC, 2018e). A questão mais complicada é se é provável que o petróleo chegue perto de US\$ 150, ou se os fornecedores dos EUA podem evitar maiores danos, aumentando a produção doméstica. Outro fator significativo é se eles podem construir com rapidez suficiente oleodutos para transportar petróleo bruto dos campos mais recentes de *tight oil* no Texas antes que os preços subam ainda mais. Desde que o preço do petróleo entrou em colapso em 2014 os produtores domésticos dos EUA concordaram que é necessário um preço mais alto para serem lucrativos, aumentando a produção sempre que o petróleo bruto chegasse a US\$ 50 o barril. O problema é que os projetos convencionais levam pelo menos 18 meses para concluir a exploração e começar a produção, mas os campos de xisto no Texas e na Dakota do Norte têm potencial de serem desenvolvidos muito mais rapidamente segundo analistas (CNBC, 2018e). Com o possível aumento da produção doméstica americana, estima-se que os preços voltem a cair em 2019.

Ao final de julho de 2018, com a primeira rodada de sanções contra o Irã sendo postas em prática, o país ameaça fechar o Estreito de Hormuz, a mais importante rota marítima do mundo para petróleo. Caso o Irã cumpra com a ameaça de colocar minas no Golfo Pérsico, estenderia potencialmente a interrupção de alguns dias a várias semanas, visto que a Quinta Frota da Marinha dos EUA - baseada no Bahrein e responsável pelas rotas marítimas do Oriente Médio - não possui capacidade anti-minagem. Como pode ser visto no mapa 2, 18,5 milhões de barris por dia são afetados, que representam cerca de 30% do petróleo transacionado por via marítima no globo. Rouhani sugeriu que o Irã poderia causar problemas em outras rotas marítimas regionais, tal como Bab el-Mandeb, o estreito ao longo da costa do Iêmen (CNBC, 2018g). Trump caracterizou o acordo que havia sido negociado por Obama como um dos “piores” e agora enfrenta uma grande ameaça à segurança energética global. Por fim, Trump refere-se ao combate à China no setor energético com a OBOR, contrapondo-se a seus acordos eurásianos ao prometer maiores parcerias aos países (NSS, WHITE HOUSE, 2017).

²² Antes da recessão de 2008, o preço do petróleo tipo Brent, negociado na Europa e usado na maior parte do mundo, subiu para cerca de US\$ 140 em junho daquele ano, um mês antes dos preços americanos da gasolina regular chegarem a US\$ 4,11. Hoje, a gasolina custa, em média, cerca de US\$ 2,87. (CNBC, 2018e)



Observa-se que a política externa de Trump, calcada no abandono crescente do institucionalismo global e na adoção de medidas unilaterais, encontra respaldo no contexto da geopolítica da energia e sua geoeconomia. O processo de ruptura com o Irã e a busca por reavaliação das relações com Arábia Saudita e Israel evidenciam o caráter estratégico do Oriente Médio para que os EUA assegurem a manutenção da sua posição privilegiada no mercado global de energia. Internamente, a ofensiva energética também merece destaque. Em um contexto de acirramento das tensões entre as Grandes Potências, o controle desse mercado é crucial para a posição competitiva do país e para a estabilidade interna do governo Trump.

IV. Considerações Finais

A securitização da energia, em seus aspectos geoeconômicos e geopolíticos é uma questão que impele os EUA a sempre buscar mais fronteiras para garantir o acesso a esse recurso. Repete-se o que Williams Appleman Williams (1959) caracterizou como a “tragédia” das relações internacionais estadunidenses: a necessidade constante de expansão para manter a renovação e crescimento.

Apesar do discurso da autonomia, da revolução e da independência energética serem recorrentes na política doméstica, a sustentabilidade da hegemonia encontra-se fora dos limites norte-americanos, o que demanda um engajamento permanente em regiões estratégicas como a Eurásia e em novas fronteiras. Igualmente, não se visualiza uma mudança no padrão socioeconômico de produção e consumo norte-americano que poderia alterar esta equação, o

que indica a ausência de reformas que de fato diminuam sua dependência externa de recursos energéticos, ou racionalizem os insumos que o país teria disponíveis de forma autóctone.

Por outro lado, o fato de os EUA também dominarem o mercado de energia em muitos setores como exportadores indica o seu papel dual no setor capaz de causar mais desequilíbrios geopolíticos e geoeconômicos. A natureza da hegemonia preserva um caráter expansionista em duas pontas: o da expansão do controle do mercado de energia como importador e como exportador. Esta realidade, assim como o incremento da ação de atores como China, Rússia, Índia e Brasil (os emergentes) no campo da energia, as incertezas da União Europeia e as dificuldades de reposicionamento tático-estratégico no mundo indicam a continuidade de um sistema instável no que se refere à geopolítica e à geoeconomia da energia.

Diante desse contexto, a partir de uma análise histórica e pela leitura de fontes primárias, este artigo teve como objetivo correlacionar o fator energético à hegemonia americana. Na primeira parte do trabalho, realizou-se um panorama abrangente da história dos EUA a partir da geopolítica energética que concerne o país. Concluiu-se, dessa forma, a inerência às disputas globais das dinâmicas da energia enquanto recurso de poder, bem como o papel crucial que teve na construção da hegemonia americana. A busca por diversificação de fontes e domínio do ciclo energético fez – e continua fazendo – parte do papel de liderança dos EUA no sistema internacional. A segunda parte do artigo, por sua vez, abordou de forma conjuntural os desafios impostos pela geopolítica e geoeconomia da energia ao governo de Donald Trump, cujo papel no cenário internacional tem sido marcado por uma postura que se afasta dos preceitos liberais que fazem parte do cerne da identidade externa americana.

As perspectivas do governo Trump, e o impacto de suas políticas parecem indicar a continuidade destas incertezas e o acirramento da competição por um novo equilíbrio global, seja na energia, como nas demais dimensões de poder. Em termos de cenários prospectivos, a partir do pensamento de Schwartz (1991), pode-se indicar a alta potencialidade de uma maior instabilidade no mercado energético a partir das tendências aqui apresentadas, em especial a sobreposição entre a projeção dos EUA na Eurásia e a OBOR desenvolvida pela China. Para o governo Trump, e para as próximas administrações na Casa Branca, a compreensão destas movimentações da China, assim como o gerenciamento do consumo interno, de temas como aquecimento global e mudança climática, serão os principais pontos a se considerar em termos geopolíticos e geoeconômicos.

V. Referências

AMINEH, Mehdi Parvizi; HOUWELIN, Henk (ed) **Central Eurasia in global politics-conflict, security and development**. Leiden-Boston: Brill. 2005

AUSTVIK, Ole Gunnar. "Concepts of Geopolitics and Energy Security". *IAEE Energy Forum* Second Quarter 2018. p. 25-28

AOYAMA, Rumi. "One Belt One Road: China's New Global Strategy". *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 5:2, p. 3-22, 2016

BLACKWILL, Robert D. and HARRIS, Jennifer M. **War by other means- geoeconomics and statecraft**. Bleknap Press: Cambridge, Massachusetts, London. 2016

BP [British Petroleum]. BP Statistical Review of World Energy. June 2018. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2018-full-report.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018

BRANDÃO, Lázaro. **Poder e Petróleo: estratégia na era Reagan sob o prisma da longa duração**. Tese de Doutorado em Economia Política Internacional – PEPI/UFRJ, 2016.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Strategic Vision- America and the crisis of global power*. New York: Basic Books. 2012

BUSH, George W. State of the Union Address- 2006. Disponível em : <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/01/31/AR2006013101468.html?noredirect=on>. Acesso em 20 jul. 2018

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CFR [Council on Foreign Relations]. **Timeline: Oil Dependence and U.S. Foreign Policy**. Disponível em: <<https://www.cfr.org/timeline/oil-dependence-and-us-foreign-policy>>. Acesso em 05 jul. 2018

CNBC (2018a). **Trump can't do much more than tweet about high oil prices if OPEC's power play with Russia holds: Yergin**. Por Matthew J. Belvedere, 20/04/2018. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2018/04/20/trump-cannot-do-much-more-about-high-oil-due-to-opec-dan-yergin.html>>. Acesso em 15 jul. 2018

CNBC (2018b). **Here are the sanctions that will snap back into place now that Trump has pulled the US out of the Iran nuclear deal**. Por Kevin Breuninger, 08/05/2015. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2018/05/08/here-are-iran-sanctions-returning-after-trump-leaves-nuclear-deal.html>>. Acesso em 18 jul. 2018

CNBC (2018c). **WTI Crude**. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/quotes/?symbol=%40CL.1>>. Acesso em 15 jul. 2018

CNBC (2018d). **OPEC ministers agree to raise oil production but don't say by how much**. Por Sam Meredith, Patti Domm e Tom DiChristopher, 22/06/2018. Disponível em:

<<https://www.cnn.com/2018/06/22/opec-ministers-strike-deal-on-oil-production-levels.html>>. Acesso em 16 jul. 2018

CNBC (2018e). **Risks are rising that oil prices will cause next recession**. Por Tim Mullaney, 23/07/2018. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2018/07/13/risks-rising-that-oil-prices-will-cause-next-recession.html>>. Acesso em 30 jul. 2018

CNBC (2018f). **Setback for Trump: Saudi Arabia won't export much more oil this month, official says**. Por Tom DiChristopher, 19/07/2018. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2018/07/19/setback-for-trump-saudi-arabia-wont-pump-much-more-oil-this-month-o.html>>. Acesso em 30 jul. 2018

COLGAN, Jeff and KEOHANE, Robert O. "The Liberal Order is rigged". *Foreign Affairs* May/June 2017.

DAALDER, Ivo; LINDSAY, James M. *America unbound*. Washington: Brookings Inst. 2003

DOLATA, Petra. "The End of the Energy Security Paradigm under Obama - Trump and Energy Security: Revival of an Old Concept?". *Journal of Military and Strategic Studies*, 17:3, 2017. p. 92-106

EIA [U.S. Energy Information Administration]. **Analysis & Projections**. 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/analysis/projection-data.php>>. Acesso em 15 jul. 2018

EIA [U.S. Energy Information Administration]. **Annual Energy Outlook 2018: with projections to 2050**. 2018a. Disponível em: <<https://www.eia.gov/outlooks/aeo/pdf/AEO2018.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2018

EIA [U.S. Energy Information Administration]. **Annual Energy Review 2011**. Disponível em: <https://www.eia.gov/totalenergy/data/annual/>. Acesso em 15 jul. 2018

EIA [U.S. Energy Information Administration]. **Monthly Energy Review**. 2018b. Disponível em: <<https://www.eia.gov/totalenergy/data/monthly/previous.php>>. Acesso em 20 jul. 2018

FERDINAND, Peter. Westward ho- the China dream and "one belt, one road": Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Security*, 92:4, 2016, p. 941-957.

IEA [International Energy Agency]. **Natural Gas Information 2018**. Disponível em: <<https://webstore.iea.org/natural-gas-information-2018>>. Acesso em 20 jul. 2018

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 5ª ed. 1991.

KLARE, Michael T. **Blood and Oil: the dangers and consequences of America's growing petroleum dependency**. New York: Metropolitan Owl, 2004.

KLARE, Michael T. **Resource wars: the new landscape of global conflict**. New York: Metropolitan Owl, 2001.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional:** geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética. Tese de Doutorado em Ciência Política – UFRGS, 2012.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES.

https://www.opec.org/opec_web/en/index.htm

NATIONAL SECURITY STRATEGY- THE WHITE HOUSE. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 24 abril. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 3aed. 2011.

POLITIFACT. **Trump sets United States on course towards energy independence**. Por Manuela Tobias, 08/12/2017. Disponível em: <<https://www.politifact.com/truth-o-meter/promises/trumpometer/promise/1359/achieve-energy-independence/>>. Acesso em 20 jul. 2018

PORTAL G1. **Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas**. 01/06/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml>>. Acesso em 10 jul. 2018

RUTLEDGE, Ian. **Addicted to oil: America's relentless drive for energy security**. London, 2006.

SCHWARTZ, Peter. **The art of the long view**. New York: Doubleday, 1991.

THE WHITE HOUSE. President Trump takes action to expedite priority and infrastructure projects- issued January 24, 2017. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/president-trump-takes-action-expedite-priority-energy-infrastructure-projects/>. Acesso em 20 jul. 2018.

THE WHITE HOUSE. President Trump's energy independence policy- issued March 28, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/president-trumps-energy-independence-policy/>. Acesso em 20 jul. 2018.

THE WHITE HOUSE. Remarks by President Trump at signing of Executive Order to create energy independence- issued March 28. 2017. Disponível em:<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-signing-executive-order-create-energy-independence/>. Acesso em 20 jul. 2018.

THE WHITE HOUSE. Presidential Executive Order on promoting energy independence and economic growth- issued March 28, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/presidential-executive-order-promoting-energy-independence-economic-growth/>. Acesso em 20 jul. 2018.

THE WHITE HOUSE. President Trump Announces US withdrawal from the Paris Climate Accord- issued June 1, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/articles/president-trump-announces-u-s-withdrawal-paris-climate-accord/>. Acesso em 20 jul. 2018.

TIME. **President Trump Says He Wants 'Energy Dominance.' What Does He Mean?** Por Justin Worland, 30/06/2017. Disponível em: <<http://time.com/4839884/energy-dominance-energy-independence-donald-trump/>>. Acesso em 20 jul. 2018

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil- 1930/2012**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

VISENTINI, Paulo G. F. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2014.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

UNGER, Craig. **House of Bush, House of Saud: the secret relationship between the world's two most powerful dynasties**. New York: Scribner. 2004

WILLIAMS, William Appleman. **The tragedy of American diplomacy**. W.W Norton & Company. 1959.

Recebido em: agosto/2018.

Aprovado em: outubro/2018.